

AMÉRICA LATINA FRENTE À NOVA ORDEM NEOLIBERAL: RETROCESSOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

*Por Leticia Diniz Nogueira**

O objetivo desta coluna é explicar brevemente a história da integração regional da América do Sul e fazer uma análise da situação atual do cenário internacional, referente a uma nova onda neoliberal que atingiu a maioria dos países da região, a fim de explicar quais foram os retrocessos para o processo de integração desses países causados por esta mudança drástica no sistema internacional.

É preciso entender que existe, ainda de forma expressiva, uma herança colonial latino-americana que, entre revoluções, avanços e retrocessos em sua história, é a que apresenta visivelmente maior continuidade (CASTRO, 2011, p. 21). Para compreender este processo, sem entrar em minúcias do assunto, temos, de início, o período de independências dos países latino-americanos, considerado por diversos autores como uma mera transição política, pois a dependência econômica da região manteve-se em relação à metrópole, além de não ter alterado a estrutura social estratificada – no caso do Brasil, foi Portugal quem declarou a independência (MAXWELL, p.188, 2002, apud, CASTRO, 2011, p.23). Relativo à segunda metade do século XIX, tem-se o período de construção dos estados nacionais da América Latina, caracterizado pela dívida externa e a desnacionalização da economia. Os investimentos externos passam a predominar no continente e todo este período tem como pano de fundo o liberalismo, em que este “novo pacto colonial” se dava através do aumento dos produtos primários para os países do Norte, que já estavam avançados em seu desenvolvimento industrial (CASTRO, 2011, p. 24).

Este modelo liberal, entretanto, não se sustentou por muito tempo, pois, em 1930, com a quebra da Bolsa de Nova York, a América Latina percebeu que a dependência econômica deixava seu continente vulnerável a crises internacionais. É justamente nesse momento da história, o pós-1929, que há um importante ponto de inflexão para a região.

Era evidente que esse modelo provocava a deterioração dos termos de intercâmbio entre os países. As soluções apresentadas para combater esse contexto fixavam dois processos: o dirigismo estatal e a industrialização substitutiva de importações, aconselhando um

*Leticia Diniz Nogueira é graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense (UFF).

protecionismo da indústria e a diversificação da economia como formas de combater a dependência.

Apesar das diferentes soluções apresentadas para a superação da crise de 1930, em meados de 1950 era nítido que os problemas estruturais permaneciam nos países latino-americanos e esse esgotamento trouxe consequências para 1960. Com o início de tensões entre grupos sociais, a América Latina se encontrava endividada e submetida a receitas liberais ortodoxas das organizações econômicas internacionais.

Dessa forma, é nesse período, com regimes autoritários no continente e tumultuado de avanços e retrocessos, que começa uma pequena aproximação dos países latino-americanos, desde a constituição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, até a criação da Unasul em 2004.

A ALALC nasce graças ao Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960, seguindo a orientação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 pelas Nações Unidas. Nesta comissão, foram elaborados trabalhos, sugestões e mecanismos para os países da região a fim de que pudessem combater o subdesenvolvimento latino-americano. Estas sugestões foram realizadas por grandes economistas, como Raul Prebisch e Celso Furtado (BRAGA, 2002, p.16-22).

A ALALC perseguia o objetivo de diminuir as tarifas alfandegárias entre os membros e, assim, criar uma área de livre comércio. Entretanto, os países encontraram obstáculos para o progresso da associação, que eram: a rigidez dos mecanismos estabelecidos para a liberação comercial, no sentido de que os países queriam a abertura comercial dos países vizinhos, porém recusando a abertura de seu próprio país; e o próprio período de Guerra Fria, no qual havia uma forte instabilidade política, devido à bipolaridade ideológica mundial, que afetava a região. Segundo Rubens Antonio Barbosa (BARBOSA, 1991, apud, CASTRO, 2011, p. 31), a ALALC foi uma fase “romântica” da integração regional, pois foi o ensaio da mudança de postura político-diplomática do Brasil com os vizinhos.

Para entender as relações internacionais da América Latina é essencial partir da referência do pan-americanismo, um projeto de América unida elaborado pelos Estados Unidos. Segundo Rubens Ricupero (RICUPERO, 1995, apud, CASTRO, 2011, p.29), esse pan-americanismo era um eixo privilegiado pelo Barão do Rio Branco em detrimento da relação com a vizinhança mais próxima e consistia no alinhamento da política externa brasileira conforme a política externa dos Estados Unidos, com a convicção de que o Brasil era um parceiro importante que partilhava dos mesmos valores, garantindo assim o apoio aos projetos nacionais. Essa decisão promovia um ambiente de insegurança entre os países vizinhos, fazendo com que o Brasil representasse uma ameaça aos demais países latinos.

Esse pan-americanismo, que contrasta com o latino-americanismo, durou até a Segunda Guerra Mundial, quando a potência norte-americana desviou sua atenção para o Japão e a Europa para a reconstrução desses países no pós-Guerra, rompendo a “aliança especial” que havia entre Brasil e Estados Unidos.

A mudança desse eixo do pan-americanismo para uma meta latino-americana foi crucial para que o Brasil já não fosse visto como “sub-imperialista” no continente, mas como um país disposto a cooperar e integrar-se com os países vizinhos, sendo essa mudança necessária

para dar seguimento às próximas etapas da integração regional. (CASTRO, 2011, p.29).

Em 1980, sem cumprir o acordo de 1960 os países signatários decidiram, após vinte anos, acabar com a ALALC e, assim, substituí-la, dando origem à Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI. É importante salientar que, nesse mesmo período, houve a criação de blocos sub-regionais de integração, como o Pacto Andino, firmado por cinco países andinos pelo Acordo de Cartagena, em 1969, a fim de promover o desenvolvimento e crescimento dos países membros mediante a integração econômica (CASTRO, 2011, p.38-42).

É possível afirmar que dois fatores contribuíram, em 1980, para criar um ambiente mais propício à integração regional, que são: a redemocratização e a diversificação da produção industrial realizada principalmente pelo Brasil e Argentina durante o modelo de substituição de importações (AMORIM, 2009, p.9).

Esta diversificação foi essencial para que os países membros pudessem propor maior complementaridade das economias intra-bloco, visando o desenvolvimento regional de forma integrada e o aumento do comércio através dos acordos sub-regionais propostos na ALADI.

Na década de 1980, a partir do Tratado de Assunção (1991), inicia-se, com esse contexto favorável, a integração e uma forte aproximação entre os governos Raúl Alfonsín na Argentina e José Sarney no Brasil, cuja decisão de aproximar estas economias foi um marco na história da política externa desses países.

Esse sucesso foi alcançado devido ao acordo sub-regional promovido pelo sistema jurídico da ALADI, que foi a promotora da ampliação deste tratado, iniciando a formação de uma União Aduaneira entre os dois países, o Mercosul.

O Mercosul nasce com o fim da Guerra Fria e o início de um mundo considerado multipolar, momento em que surgiram diversos blocos econômicos regionais e uma acirrada competição comercial. O objetivo principal do bloco era integrar os países membros da época – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – por meio da livre circulação de bens e serviços e do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Inicialmente, visava-se a adoção de uma política comercial comum e, posteriormente, a coordenação de políticas macroeconômicas dos países membros.

Após explicar brevemente o histórico da integração, é preciso entender como funciona a dinâmica latino-americana de semelhanças dos processos históricos e políticos. Nas décadas de 1950 e 1960, vimos a ascensão de ditaduras na região que arrasaram os povos latino-americanos. Tiveram, então, o começo de governos autoritários: em 1954 no Paraguai, com Stroessner; Getúlio Vargas, no mesmo ano, no Brasil; Perón na Argentina (1955); e Pinilla na Colômbia (1957). Os governos que buscavam reformas nesse momento, como o de João Goulart, no Brasil, eram substituídos pelo conluio entre militares e burguesias associadas ao capitalismo internacional e aos Estados Unidos, dando início a diversas ditaduras.

O resultado da transição entre os regimes populares e as ditaduras foi realmente catastrófico em diferentes áreas, como nas dimensões econômica, social e política, sendo um fracasso principalmente no nível de vida dos povos. O PIB por habitante caiu 16% no Uruguai, 12% na Argentina, 11% no Chile e 9% no Brasil, por exemplo – as únicas beneficiadas dessa

situação foram as empresas estrangeiras.

A fase mais evolutiva da integração regional na América do Sul foi a partir de 2003, na qual governos de esquerda mais progressistas assumiram a frente integracionista, investindo e fortalecendo econômica e institucionalmente a integração. Isto evidencia-se a partir da criação de instituições como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Estes governos foram Lula (2003) no Brasil, Néstor Kirchner, no mesmo ano, na Argentina, Tabaré Vazquez (2005) no Uruguai e Nicanor Duarte (2005) no Paraguai.

Avanços e recuos são processos decorrentes e cotidianos da integração regional. Apesar de problemas e crises internas dos Estados-membros do Mercosul, pode-se afirmar que a integração foi se formando e se fortalecendo, tendo, do ponto de vista comercial, um saldo positivo. No aspecto social, tivemos a criação do Focem, que auxiliou na redução de assimetrias, e a criação do Instituto Social do Mercosul, em 2009, que representou um grande avanço nessa área. A dimensão política foi uma das mais fortalecidas nesse período, no qual os governos prezaram pelo multilateralismo ao debater questões intra-bloco.

A questão principal deste artigo é frisar a mudança drástica dos anos 2000 para 2018. Comparando ao período anterior, atualmente vemos um cenário de crescimento do neoliberalismo na região, visto que os países da América do Sul foram alvos de crises políticas e econômicas que estão minando o projeto integracionista.

Para reforçar este argumento, temos a eleição de Macri (2015) na Argentina, já representando essa transição para uma nova onda neoliberal com aumentos tarifários em diversos setores, além de diferentes reformas políticas que derrotam a classe trabalhadora. Na Venezuela, a oposição de direita continua no intento de derrotar Nicolas Maduro, com o perigo também de que nas próximas eleições um novo ator ganhe e aprofunde medidas neoliberais em terras bolivarianas. No Brasil, o impeachment da presidenta Dilma Rouseff e a ascensão do ilegítimo presidente Michel Temer levaram ao fortalecimento de reformas e à reedição de políticas neoliberais como o ajuste fiscal, que são políticas contra o povo.

Considerando que o Brasil tem um papel fundamental para o fortalecimento da integração regional, a ascensão de Michel Temer representa de forma nítida uma afronta à continuidade desse processo, pois ele dá prioridade às relações comerciais com países desenvolvidos, principalmente com a potência norte-americana, enquanto que a relação com os países vizinhos se vê defasada. Retomou-se, assim, a ideia de pan-americanismo, como citado anteriormente, visto que este governo está claramente construindo um eixo Brasil-Estados Unidos, representando um retrocesso na história da integração regional. Outros retrocessos no governo Temer evidenciam-se com o desemprego superando 13%, o avanço da reforma da previdência, a aprovação da intervenção militar no Rio de Janeiro e o aumento da repressão aos movimentos sociais.

Em relação ao governo da Argentina, é possível observar as paralisações, passeatas e protestos realizados desde o início da gestão a favor de sua renúncia, com a implementação de medidas neoliberais que afetam diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores, gerando um desemprego enorme. Além disso, Macri eliminou subsídios para a energia e deixou este setor nas mãos da iniciativa privada, elevando o custo da energia. Ademais, seu

governou tem dado ênfase na criminalização dos movimentos sociais desde 2015.

Em relação ao país vizinho Uruguai, como disse Mujica no encontro de 2012 do Mercosul: “Uruguai é algodão entre dois cristais”, sendo chamado na área de Relações Internacionais como Estado-tampão criado para evitar choques entre países. O Uruguai, diante desse cenário turbulento entre seus vizinhos, manteve seu crescimento econômico presente desde a eleição do governo de esquerda da Frente Ampla em 2005. O país não possui petróleo nem cobre, mas explorou seu turismo, a soja, o gado e alcançou uma forte estabilidade política, sem grandes escândalos de corrupção. Cabe ressaltar que esse avanço foi alcançado, em boa parte, devido ao país ter uma democracia em bom funcionamento; por isso, o Uruguai mostrou-se como uma terceira via política e econômica dentro desse novo cenário neoliberal.

No Paraguai, Mario Abdo Benítez é herdeiro de um dos homens mais influentes da ditadura militar – seu pai, de mesmo nome, que foi secretário particular de Stroessner. Este “filho da ditadura”, sob a bandeira do Partido Colorado, pretende manter a linhagem stroessnerista viva. Vale lembrar que Alfredo Stroessner foi um dos piores ditadores da América Latina. Segundo dados da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai, 425 pessoas desapareceram ou foram executadas no país por forças de segurança do regime militar. Considerada a ditadura mais longa do continente, estima-se em 20 mil o número de pessoas torturadas entre as décadas de 50 e final de 80 e que mais umas 20 mil tenham sido exiladas.

Cabe ressaltar que, em 2017, o país passou por uma crise política, a qual ocorreu pela tentativa de aprovar uma emenda à Constituição do Paraguai que permitiria a reeleição do presidente do país a partir de 2018. É preciso entender que, no Paraguai, a Constituição foi elaborada após a dura ditadura de Stroessner e não permite reeleição a fim de evitar governos autoritários por vários mandatos. A questão principal reivindicada pelas forças políticas nos protestos foi que o princípio democrático prevalecesse, algo que já estava caindo em toda a América do Sul, visto que foi no mesmo momento na Venezuela, no Equador e no Brasil que as eleições estavam sendo contestadas. Além da crise política, sabe-se que a desigualdade social aumentou após a ditadura de 35 anos; temos que, enquanto poucos da classe média lucram com a exportação da soja e das indústrias de produtos consumidos no Brasil, existe, por outro lado, um Paraguai com dois milhões de pobres em uma população de seis milhões de habitantes.

Esta nova configuração da América do Sul tem como consequência a decisão de Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai pela suspensão de suas participações na Unasul em 2018, representando tanto o desinteresse pela integração regional, quanto uma ameaça à democracia, já evidente nesses golpes atuais e no recrudescimento da opressão estatal.

A saída da Unasul é simbólica, pois esta instituição nasceu com o objetivo de fortalecer a democracia e a soberania no continente. Este fato muda completamente o rumo da integração, destruindo um instrumento de integração regional histórico.

A integração regional está sendo sucateada por diversos governos, vindo até mesmo uma declaração do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de que é necessário um Mercosul menos político e mais voltado ao comércio, o que é, a partir da análise histórica, um retrocesso enorme.

Infelizmente, vemos que a integração teve enormes perdas no seu aspecto político, em

que os países do continente preferem relações bilaterais, assim como na dimensão econômica, com a eclosão de diversas crises sem soluções. Por fim, na área social é nítido o aumento da desigualdade social e a diminuição da qualidade de vida dos habitantes.

Podemos concluir que, se no plano nacional estes governos privatizam e desregulam as relações trabalhistas, no plano internacional comprometem a integração latino-americana, o que é parte do projeto neoliberal. A parte mais dura e que toca nas nossas raízes históricas é que a democracia que nos foi tão cara, com militantes que lutaram e perderam suas vidas enfrentando o plano Condor, agora está sendo destruída por neoliberais. Como ressalta Eduardo Galeano, nossas veias continuam abertas, a América Latina irriga com o sangue de nossos povos a riqueza e o consumo dos países ricos e vemos novamente nossos países sendo entregados e nossos recursos e direitos sendo retirados.

Esse contexto desalentador demonstra que são tempos difíceis para aqueles que acreditavam em uma América do Sul unida fazendo frente aos Estados Unidos, porém a capacidade de se levantar e caminhar do povo latino-americano não pode ser subestimada: “*soy América Latina, un pueblo sin pierna pero que camina*” (Calle 13 - Latinoamérica).

REFERÊNCIAS

CARNERI, S. Paraguai, o milagre silencioso e desigual. **El País**, Assunção, 21 abr. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/19/internacional/1524157022_025773.html>. Acesso em: 22 de Abril de 2018.

CUÉ, C. E. O discreto milagre da esquerda uruguaia: 15 anos de crescimento ininterrupto. **El País**, Montevideu, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/24/internacional/1500926308_443410.html>. Acesso em: 22 de Abril de 2018.

GIRARDI, T. Especial/Entenda a crise política no Paraguai. **IstoÉ**, São Paulo, 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/especialentenda-a-crise-politica-no-paraguai/>>. Acesso em: 22 de Abril de 2018.

MOLINA, F.R. Mario Abdo Benítez, um filho da ditadura sobe ao poder no Paraguai. **El País**, Assunção, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524329651_181029.html>. Acesso em: 10 de Abril de 2018.

PEROSA, T. José Serra quer um novo Mercosul. **Época**, 27 mai. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/05/jose-serra-quer-um-novo-mercosul.html>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

REUTERS. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai abandonam Unasul. **El País**, 22 abr, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/21/internacional/1524267151_929149.html?id_externo_rsoc=FB_CC>. Acesso em: 10 de Abril de 2018.

ROSÁRIO, M. D. Por que destroem a Unasul? **Carta Capital**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-destroem-a-unasul>>. Acesso em: 24 abr. 2018.